

**Demonstrações Financeiras elaboradas
de acordo com as normas internacionais
de relatórios financeiros (IFRS)**

**Empresa Concessionária de Rodovias
do Norte S.A. - Econorte**

31 de dezembro de 2011 e 2010

Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - ECONORTE

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - ECONORTE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - ECONORTE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 20 de janeiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6/F/PR


Cláudio Camargo
Contador CRC-1PR 038.371/O-1

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Balancos patrimoniais
31 de dezembro 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		2.662	2.426
Aplicações financeiras	4	14.636	-
Contas a receber	5	7.004	5.503
Partes relacionadas	16	6.954	-
Despesas antecipadas	6	664	660
Outros créditos		9	35
Total do ativo circulante		31.929	8.624
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	50	3.527
Depósitos judiciais		-	209
Impostos diferidos	15	11.769	7.768
Partes relacionadas	16	32.819	-
Investimentos		35	21
Intangível	7	235.127	238.496
Total do ativo não circulante		279.800	250.021
Total do ativo		311.729	258.645

	Nota	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	3.041	2.873
Empréstimos	9	-	24.105
Provisão para manutenção	2.8	5.688	3.133
Debêntures	10	13.268	-
Obrigações tributárias	11	3.290	2.553
Dividendos a pagar	16	10.000	4.158
Partes relacionadas	16	74	3.483
Outras exigibilidades		1.626	1.389
Total do passivo circulante		<u>36.987</u>	<u>41.694</u>
Não circulante			
Empréstimos	9	-	21.083
Debêntures	10	101.184	-
Provisão para manutenção	2.9	26.713	18.041
Impostos diferidos	15	50.002	49.973
Outras contas a pagar		1.442	1.464
Total do passivo não circulante		<u>179.341</u>	<u>90.561</u>
Patrimônio Líquido	13		
Capital social		22.800	20.800
Ajustes de avaliação patrimonial		60.567	73.329
Reservas de lucros		12.034	22.420
Dividendos adicionais propostos		-	9.841
Total do patrimônio líquido		<u>95.401</u>	<u>126.390</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>311.729</u></u>	<u><u>258.645</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita operacional líquida	18	147.816	133.685
Custo operacional			
Custo com conservação de rodovias		(33.904)	(31.528)
Custo com construção de ativos para concessão		(15.500)	(15.121)
Custo com operação de rodovias		(17.332)	(17.296)
Provisão para manutenção	2.8	(8.221)	(7.039)
Amortização do intangível		(18.045)	(15.727)
Seguros e outros custos		(4.318)	(4.337)
		<u>(97.320)</u>	<u>(91.048)</u>
Lucro bruto		<u>50.496</u>	<u>42.637</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(5.437)	(4.089)
Despesas administrativas		(8.308)	(3.191)
Outras receitas/(despesas) operacionais		-	(423)
		<u>(13.745)</u>	<u>(7.703)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>36.751</u>	<u>34.934</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		5.302	232
Despesas financeiras		(19.056)	(10.010)
		<u>(13.754)</u>	<u>(9.778)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>22.997</u>	<u>25.156</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	(11.787)	(11.891)
Imposto diferido	15	3.972	3.369
Lucro líquido do exercício		<u><u>15.182</u></u>	<u><u>16.634</u></u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - em reais		<u><u>1,12</u></u>	<u><u>1,22</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Dividendo		Total
			Legal	Estatutária	Lucros retidos	adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2009	19.000	86.821	555	221	5.066	6.423	-	118.086
Aumento de capital (Nota 13.a)	1.800	-	-	-	(1.717)	-	-	83
Realização da reserva de reavaliação	-	(20.444)	-	-	-	-	20.444	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	6.952	-	-	-	-	(6.952)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.634	16.634
Destinação proposta do resultado do exercício:								
Constituição de reserva legal	-	-	832	-	-	-	(832)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	83	-	-	(83)	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	15.211	-	(15.211)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(789)	(3.466)	-	(4.255)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	2.958	(2.958)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(4.158)	(4.158)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	9.842	(9.842)	-
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2010	20.800	73.329	1.387	304	20.729	9.841	-	126.390
Realização da reserva de reavaliação	-	(19.339)	-	-	-	-	19.339	--
Realização dos impostos sobre a reavaliação	-	6.577	-	-	-	-	(6.577)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	15.182	15.182
Destinação proposta do resultado do exercício:								
Aumento de capital (Nota 13.a)	2.000	-	-	-	-	-	(2.000)	-
Constituição de reserva legal	-	-	759	-	-	-	(759)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	76	-	-	(76)	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	9.508	-	(9.508)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(20.729)	(9.841)	(5.601)	(36.171)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.800	60.567	2.146	380	9.508	-	-	95.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EEMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	<u>(1.356)</u>	<u>33.476</u>
Resultado do exercício ajustado	<u>64.549</u>	<u>49.454</u>
Resultado do exercício antes dos tributos	22.997	25.156
Amortização	18.045	16.018
Provisão para manutenção da concessão	11.228	8.280
Resultado com alienação de ativo fixo	(59)	-
Variação monetária de debêntures e empréstimos	12.338	-
Redução (aumento) em:	<u>(41.253)</u>	<u>(2.903)</u>
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(41.248)	(3.862)
Imposto de renda e contribuição compensados	-	552
Outros ativos	(5)	407
Aumento (redução) em:	<u>(24.652)</u>	<u>(13.075)</u>
Contas a pagar de fornecedores	(3.365)	313
Provisão para contingências	-	(28)
Obrigações tributárias	99	69
Imposto de renda e contribuição pagos	(11.149)	(12.443)
Outros passivos	(10.237)	(986)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	<u>(26.261)</u>	<u>(12.946)</u>
Adições ao ativo intangível	(14.771)	(13.917)
Resultado na baixa de intangível	-	416
Liquidação de adiantamentos a receber	-	567
Aplicação financeira	(14.636)	-
Outras atividades de investimento	3.146	(12)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	<u>27.853</u>	<u>(21.846)</u>
Captação de empréstimos e debêntures	143.098	17.528
Pagamento de empréstimos	(85.503)	(31.340)
Amortização de mútuos	-	(1.243)
Dividendos pagos	(29.742)	(6.791)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>236</u>	<u>(1.316)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.426	3.742
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	2.662	2.426
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>236</u>	<u>(1.316)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas	179.168	164.893
Venda de serviços	144.329	129.329
Receitas de construção	15.500	15.121
Outras receitas	19.339	20.443
Insumos adquiridos de terceiros	(87.146)	(78.513)
Custo dos serviços prestados	(64.155)	(60.200)
Custo de construção	(15.121)	(15.121)
Materiais, energia, serviços e outros	(7.870)	(3.192)
Valor adicionado bruto	92.022	86.380
Retenções	(18.044)	(16.018)
Amortização	(18.044)	(16.018)
Valor adicionado líquido	73.978	70.362
Valor recebido em transferência	5.302	233
Receitas financeiras	5.302	233
Valor adicionado total a distribuir	79.280	70.595
Distribuição do valor adicionado:	79.280	70.595
A - Pessoal e encargos	5.437	4.090
Remuneração direta	3.401	2.887
Benefícios	373	324
F.G.T.S.	236	207
Outros	1.427	672
B - Impostos, taxas e contribuições	26.403	26.237
Federais	19.735	20.261
Municipais	6.668	5.976
C - Juros e aluguéis	19.495	9.816
Juros	17.399	9.145
Aluguéis	439	132
Outros	1.657	539
D - Remuneração do capital próprio	27.945	30.452
Dividendos	15.601	14.000
Lucros retidos	12.344	16.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (Econorte) é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes. Assim, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 09 de janeiro de 2012.

2.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.1. Reconhecimento de receita -- Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Não há, em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

(i) Ativos financeiros -- Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

(i) Ativos financeiros -- Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.2. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

(ii) Passivos financeiros -- Cotinuação

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.4. Intangível -- Continuação

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 que teve como origem o saldo do ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, que estava demonstrado ao custo de aquisição, construção, reavaliação espontânea realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de outubro de 2007.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.5. Tributação -- Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.5. Tributação -- Continuação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

2.6. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado apresentadas como informação suplementar, foram preparadas e estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.8. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.10. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.11. Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011.

A Administração da Companhia avaliou estes novos normativos e em seu entendimento e avaliação a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações não têm impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo estes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (Revisada): A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.11. Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas -- continuação

- IAS 32 Classificação de emissões de ações: Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma alteração à IAS 32 referente à classificação de emissões de ações. Para emissões de ações oferecidas a um montante fixo em moeda estrangeira, a prática atual parece exigir que tais emissões sejam contabilizadas como passivo derivativo. Esta alteração prevê que se forem emitidas proporcionalmente a todos os acionistas existentes da empresa, na mesma classe e por um valor fixo em dinheiro, tais ações devem ser classificadas no patrimônio, independentemente da moeda em que o preço de exercício for expresso.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros: Enfatiza a necessidade de elementos quantitativos e qualitativos nas divulgações de riscos financeiros.
- IFRS 9 Instrumentos financeiros, classificação e mensuração: A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.
- IFRIC 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo: Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo.

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios a se iniciarem em 1º de janeiro de 2012 ou 2013. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum destes normativos. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- **IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras** – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012. A Companhia já apresenta a demonstração dos resultados abrangentes individualmente.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.11. Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas -- continuação

- **IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas** - Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, conseqüentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo controle sobre a atividade relevante). Esta norma não é aplicável à Companhia.
- **IFRS 11 Investimentos compartilhados (“joint arrangements”)** - descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados (“joint ventures”). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de "joint ventures" ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. Esta alteração não é aplicável à Companhia.
- **IFRS 12 - divulgações de investimentos em outras entidades:** introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos subsidiárias, *joint-ventures*, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.
- **IFRS 13 – Mensuração do valor justo:** fornece nova orientação sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novas requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.
- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Esta alteração não é aplicável à Companhia.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- continuação

2.11. Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas -- continuação

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --** Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

4. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Aplicações financeiras vinculadas		
Certificado de Depósito Interfinanceiro (100% CDB)	14.596	3.457
Outras aplicações financeiras	90	70
	14.685	3.527
Ativo circulante	14.636	-
Ativo não circulante	50	3.527

Parte da arrecadação é retida para pagamento de juros e principal das debentures. A parcela retida é aplicada. O valor é mantido no ativo circulante em função dos vencimentos semestral das parcelas das debentures mais juros a que se refere.

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Visanet	844	473
Dbtrans	161	133
Via Fácil	5.959	4.886
Outras contas a receber	40	11
	7.004	5.503

6. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas antecipadas com amortização de até 1 ano		
Despesas com seguros a apropriar	603	595
Outras despesas a apropriar	61	65
	664	660

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

Custo	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e Softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2009	158.286	182.575	1.396	28.665	4.419	375.341
Aquisições	7.236	547	225	4.681	533	13.222
Baixas	-	-	-	-	(215)	(215)
Transferências	26.724	2.914	-	(29.638)	-	-
Saldo em 31/12/2010	192.246	186.036	1.621	3.708	4.737	388.348
Aquisições	11.921	806	528	561	874	14.690
Baixas	-	(180)	(89)	-	(145)	(414)
Transferências	2.910	335	-	(3.245)	-	-
Saldo em 31/12/2011	207.077	186.997	2.060	1.024	5.466	402.624
Amortização						
Saldo em 31/12/2009	(56.871)	(73.482)	(1.050)	-	(2.431)	(133.834)
Amortização	(8.665)	(7.024)	(68)	-	(60)	(15.817)
Baixas	-	-	-	-	(201)	(201)
Saldo em 31/12/2010	(65.536)	(80.506)	(1.118)	-	(2.692)	(149.852)
Amortização	(9.440)	(7.577)	(67)	-	(162)	(17.246)
Baixas	-	(166)	(89)	-	(144)	(399)
Saldo em 31/12/2011	(74.976)	(88.249)	(1.274)	-	(2.998)	(167.497)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2010	126.710	105.530	503	3.708	2.045	238.496
Saldo em 31/12/2011	132.101	98.748	786	1.024	2.468	235.127

8. Fornecedores

	31/12/2011	31/12/2010
Polícia Rodoviária Estadual (repasses contratuais)	999	1.667
Polícia Rodoviária Federal (repasses contratuais)	878	-
Compasa do Brasil Asfaltos e Fretes	299	444
Departamento de Estradas e Rodagens (D.E.R./PR)	224	215
Tesc Sistemas	68	-
Pedreira Pedra Norte	-	140
Outros fornecedores	573	407
	3.041	2.873

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos

	Encargos	31/12/2011	31/12/2010
Capital de Giro			
Banco Real	2,7% a.a. + CDI	-	5.534
Banco do Brasil	5,6% a.a. + CDI	-	34.375
<i>Conta Garantida</i>			
BIC Banco S.A.	1% a.m. + CDI	-	-
Santander	2% a.a. + CDI	-	6.550
Banco do Brasil S.A.	3,4% a.a. + CDI	-	-
		-	46.459
Encargos sobre empréstimos		-	(1.271)
Saldo líquido		-	45.188
Passivo circulante		-	(24.105)
Passivo não circulante		-	21.083

Empréstimo junto ao Banco Real/Santander

No dia 15 de novembro de 2007 foi contraído um empréstimo no valor de R\$ 13.000, o qual foi pago em 36 parcelas, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15 de novembro de 2008. O vencimento final foi em outubro de 2011.

Os empréstimos contraídos possuíram como garantia o aval da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Como mencionado na Nota 10, durante o exercício de 2011, a Companhia utilizou parte de recursos captados através de debêntures para quitação de empréstimos a fim de melhorar o seu perfil de endividamento.

10. Debêntures

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2º segunda emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 (cento e vinte) debêntures no valor de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses, vencendo em 10 de maio de 2017.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, recomposição do caixa para uso gerais, inclusive a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, e antecipação de honorários por serviços a serem prestados pela Rio Tibagi.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures -- Continuação

As debêntures serão pagas em 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano) ("Remuneração"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

As debêntures tem o seguinte composição e cronograma de vencimento:

Data	% de resgate	Quantidade	31/12/2011
10/05/2012	5,0%	6.000	6.000
10/11/2012	4,5%	5.400	5.400
10/05/2013	4,5%	5.400	5.400
10/11/2013	5,0%	6.000	6.000
10/05/2014	5,0%	6.000	6.000
10/11/2014	7,0%	8.400	8.400
10/05/2015	7,0%	8.400	8.400
10/11/2015	16,0%	19.200	19.200
10/05/2016	16,0%	19.200	19.200
10/11/2016	13,0%	15.600	15.600
10/05/2017	12,0%	14.400	14.400
	95,0%	114.000	114.000
Despesas relacionadas à emissão e colocação			(1.743)
Provisão de Juros Mensais			2.195
			114.452
Passivo Circulante			13.268
Passivo Não Circulante			101.184
			114.452

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações tributárias

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda	1.371	900
Contribuição social	498	331
PIS	93	86
COFINS	429	395
ISS	787	759
Outros tributos	112	82
Total das obrigações tributárias	3.290	2.553

12. Provisão para contingências

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não identificou necessidade para constituição de provisão para contingências em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, a Companhia mantém provisão de honorários a pagar a seus consultores jurídicos no valor de R\$1.442 (R\$1.464 em 31 de dezembro de 2010).

A Econorte não constituiu provisões contábeis para as contingências avaliadas por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estas contingências envolvem, substancialmente, questões trabalhistas cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 1.837 (R\$ 1.214 em 31 de dezembro de 2010).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 22.800 em 31 de dezembro de 2011 (R\$20.800 em 31 de dezembro de 2010). Durante o exercício de 2011, ocorreu o aumento do capital em R\$2.000, mediante a utilização de R\$ 2.000, de lucros acumulados do exercício conforme ARCA de 27 de dezembro de 2011, (R\$ 20.800 em 31 de dezembro de 2010) e estão representadas por um total de 13.600.000 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2010), assim distribuídos entre os acionistas:

	Número de ações	% de participação
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	13.599.996	99,99
Outros	4	0,01
Total	13.600.000	100,00

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido -- Continuação

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

O Conselho de Administração, baseado nos resultados do exercício de 2010 propôs, quando da elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, um dividendo total de R\$ 14.000, sendo R\$ 4.158 relativo ao dividendo mínimo e R\$ 9.842 relativo aos dividendos adicionais. A assembleia geral ordinária de 14/04/2011 aprovou a proposição da administração relativamente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os quais foram pagos no segundo trimestre de 2011.

Foi aprovado em 09 de maio de 2011, conforme Ata de Reunião de Administração (ARCA), a reversão na sua integralidade da reserva de lucro de R\$ 18.229 e reserva para aumento de capital de R\$ 2.500, para dividendos a pagar, os quais foram pagos em sua totalidade de R\$ 20.729 no mês de maio de 2011.

A Administração também propôs durante o exercício de 2011 a distribuição de dividendos intercalares, na forma do artigo 17 do Estatuto Social, com base no balancete apurado no segundo trimestre de 2011, aprovado em Ata de Reunião de Administração (ARCA), de 21 de julho de 2011 no valor total de R\$ 5.351 e de 04 de agosto de 2011, no valor de R\$ 250, e em 27 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 10.000, totalizando R\$15.601.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em 2003 a Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado, tendo registrado reavaliação no valor de R\$ 53.537. Em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando o montantes de R\$ 152.666 (R\$ 100.760, líquido dos efeitos tributários), com base em laudo técnico emitido por empresa especializada. Os tributos incidentes foram reconhecidos a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido -- Continuação

d) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da reserva legal monta R\$ 2.146.

e) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da reserva estatutária monta R\$ 380.

f) Retenção de lucros

É efetuado de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei n.o 6.404/76. Os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados, em cumprimento às deliberações de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2004. A assembleia deliberará sobre o montante que ultrapassar o saldo do capital social, em cumprimento com o previsto no artigo 199 da Lei n.o 6.404/76.

14. Instrumentos financeiros

A Companhia não tem contratado instrumentos financeiros derivativos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e 2010, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente a caixa, aplicações financeiras, fornecedores e empréstimos.

Sendo que os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- (i) Aplicações Financeiras – são classificadas como investimentos mantidos até o vencimento.
- (ii) Empréstimos – são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros

a) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

b) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente.

c) Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2011 foi extraída a projeção do indexador CDI para o ano de 2011 e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros – Continuação

d) Análise de sensibilidade – Continuação

Receitas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações, sendo a data base utilizada da carteira como sendo a existente em 31 de dezembro de 2011, projetando-se para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexadores das aplicações financeiras:

Indexador	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI - %	7,27%	4,85%	9,69%	12,11%	14,54%

Projeção das Receitas Financeiras – 2011:

	Taxa de Remuneração	Saldo em 31/12/11	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
B Brasil	100% do CDI	377	27	18	37	46	55
Bradesco	100% do CDI	12.114	880	587	1.174	1.467	1.761
HSBC	100% do CDI	2.104	153	102	204	255	306
Total		14.595	1.060	707	1.415	1.768	2.122

Despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração e o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexadores dos empréstimos:

Indexador	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI - %	7,27%	4,85%	9,69%	12,11%	14,54%

Projeção das Despesas Financeiras – 2011

	Taxa de Juros	Saldo em 31/12/2011	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Capital de giro							
Debentures	2,9% a.a + CDI	(114.452)	(11.637)	(8.864)	(14.410)	(17.182)	(19.995)

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesa com imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Sobre diferenças temporárias		
Provisão para manutenção		
Imposto de renda diferido	8.101	5.294
Contribuição social diferida	2.916	1.906
Outras provisões temporárias		
Imposto de renda diferido	553	418
Contribuição social diferida	199	150
	<u>11.769</u>	7.768
Passivo		
Sobre diferenças temporárias e diferenças entre base contábil e fiscal de ativo intangível		
Imposto de renda diferido	(22.883)	(27.717)
Contribuição social diferida	(8.318)	(10.058)
Sobre diferença de depreciação ¹		
Imposto de renda diferido	(13.824)	(8.969)
Contribuição social diferida	(4.977)	(3.229)
	<u>(50.002)</u>	(49.973)
	<u>(38.233)</u>	(42.205)

Refere-se a diferença de amortização gerada pela aplicação do ICPC01 e o registrado para fins fiscais.

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	22.997	25.156
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(7.819)	(8.553)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Juros sobre capital próprio (*)	-	-
Adições permanentes, líquidas	(130)	(285)
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	134	316
Imposto de renda e contribuição social	(7.815)	(8.522)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(11.787)	(11.891)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	3.972	3.369

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

As transações de contratação de serviços são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

16.1. Dívidas com pessoas ligadas

	Dividendos	
	31/12/2011	31/12/2010
Triunfo Participações e Investimento S.A.	10.000	4.158

16.2. Transações comerciais

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, acrescidos dos reajustes previstos, como segue:

	Contas a pagar a partes relacionadas		Adiantamentos a fornecedores ¹		Valores acumulados nos exercícios encerrados em 2011 e 2010							
					Imobilizado		Conservação		Operação		Outras Transações ²	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Rio Tibagi	-	3.483	39.773	-	314	-	24.917	22.080	12.780	14.638	96	96
Triunfo	74	-	-	2.909	17.551	8.615	6.102	4.927	-	-	-	-
Total	74	3.483	39.773	2.909	17.865	8.615	31.019	27.007	12.780	14.638	96	96

1) Adiantamento para fornecimento de serviços e obras futuras

2) Despesas com aluguel

Contrato com à Rio Tibagi

Em julho de 2001 a Companhia contratou a empresa OSR - Operações e Serviços Rodoviários Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, que passou, a prestar serviços de conservação de rotina, e atendimento médico e mecânico nas rodovias.

Em fevereiro de 2010, passou a se chamar RIO TIBAGI Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas -- continuação

16.2. Transações comerciais -- continuação

Em 2011, os contratos de serviços foram renovados. Sobre os saldos vencidos, incidem juros de mora equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Seguem os valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

Valores contratuais variáveis (em R\$) – conforme contrato:

a) Apoio ao controle de tráfego - Unidade Veicular: R\$ 23.559,00 por unidade/mês.

b) Operação do sistema de pesagem em balança fixa/móvel - BR 153 – km 5: R\$ 53.180,00 p/mês e BR 369 – km 10: R\$ 53.180,00 p/mês.

c) Inspeção de tráfego

Veículo cabine dupla, equipado com asa delta: R\$ 34.833,00 por unidade/mês; Veículo cabine dupla convencional: R\$ 29.402,00 por unidade/mês; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego com asa delta: R\$ 1,06/km; Quilometragem acima de 25.000 km/mês para inspeção de tráfego convencional: R\$ 0,78/km. Veículo adicional de inspeção de tráfego: R\$ 764,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

d) Atendimento mecânico

Guincho reboque para veículos leves: R\$ 28.343,00 por unidade; Guincho reboque para veículos pesados: R\$ 42.646,00 por unidade; Unidade adicional de Guincho mecânico pesado: R\$ 14.170,00 por unidade; Quilometragem acima de 9.000 km/mês: R\$ 0,93/km; Quilometragem acima de 3.000km/mês de veículos pesados: R\$ 1,32/km; Serviços Adicionais: R\$ 47,12 por unidade; Unidade adicional de guincho mecânico: R\$ 764,00 por unidade, pela operação de 1 turno de 8 horas.

e) Atendimento médico pré-hospitalar

Ambulância tipo baú: R\$ 68.146,00 por unidade; Ambulância tipo furgão: R\$ 63.602,00 por unidade; Unidade mista resgate /amb.: R\$ 18.628,00 por unidade; Viatura de intervenção rápida: R\$ 56.032,00 por unidade; km acima de 1.500 km/mês: R\$ 1,82 para unidades mistas e R\$ 2,27 para viatura de intervenção rápida; Prestação de serviços e operação adicional: R\$ 1.212 /unidade/turno

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas -- continuação

16.2. Transações comerciais -- continuação

Os serviços contratados/orçados para 2011 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados, como segue:

	Prazo	Valor orçado	Valor executado
Apoio ao tráfego	2011	283	283
Operação do sistema de pesagem em balança	2011	1.276	1.276
Serviços de inspeção de tráfego	2011	1.562	1.562
Atendimento mecânico, resgate e reboque	2011	2.813	2.813
Atendimento médico pré-hospitalar	2011	4.917	4.917
Total		<u>10.851</u>	<u>10.851</u>

	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Administração S.A.U.	2011	358	358
Manutenção de viveiro	2011	117	117
Limpeza e Conservação	2011	156	156
Recolhimento de animais, caminhão pipa	2011	735	735
Conservação e manutenção das rodovias	2011	24.917	24.917
Total		<u>26.283</u>	<u>26.283</u>

Contrato com a Construtora Triunfo S.A.

Em 31 de julho de 2007 a Companhia contratou a Construtora Triunfo S.A. para prestar serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como para realizar obras previstas no cronograma de investimentos. Em 2010, os contratos foram renovados.

Os serviços contratados/orçados para 2010/2012 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados Construtora Triunfo	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Prestação de serviços (i) obras de restauração, sistema de drenagem, obras de artes correntes, obras complementares e sinalização; (ii) manutenção de rodovias de acordo com as determinações firmadas pelo poder concedente. (iii) monitoramento dos pavimentos das rodovias BR 369 (Km 0 a 30) e BR 153 (Km 9,4 a 17,8 e Km 19 a 37,4), obra de arte especial – alargamento da ponte sobre o rio macuco no Km 96 da BR 369 e monitoramento dos pavimentos que compõe o Lote nº 01 do Anel de Integração do Estado do Paraná.	2012	65.304	42.601

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No exercício encerrado de 2011, as despesas com esses administradores, a qual é formada exclusivamente por pró-labore, totalizaram R\$ 912 (R\$ 904 no mesmo período encerrado de 2010). A Assembleia Geral Ordinária de 14 de abril 2011 aprovou a remuneração dos administradores de até no máximo R\$1.200 por exercício. A Companhia não concede nenhum outro benefício a seus administradores, tais como fundos de aposentadoria, remuneração variável ou quaisquer benéficos pós-emprego.

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas de arrecadação	142.971	128.105
Receitas acessórias	1.358	15.121
Receita de construção – ativos de concessão	15.500	1.224
Receita bruta de serviços	159.829	144.450
Impostos incidentes sobre serviços	(12.013)	(10.765)
Receita líquida	<u>147.816</u>	<u>133.685</u>

19. Resultado financeiro

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas		
Rendimento de aplicação financeira	999	232
Outros rendimentos	4.303	-
	<u>5.302</u>	<u>232</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(2.874)	(6.656)
Variações monetárias debêntures	(11.167)	-
Despesas financeiras – AVP	(3.006)	(1.033)
Outros	(2.009)	(2.321)
	<u>(19.056)</u>	<u>(10.010)</u>
Total	<u>(13.754)</u>	<u>(9.778)</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	97.320	91.339
Despesas operacionais	13.745	7.412
	<u>111.065</u>	<u>98.751</u>
Despesas por natureza		
Custo de construção	15.500	15.121
Custo de serviços prestados	42.125	38.567
Salários	3.220	2.820
Amortizações	18.045	16.018
Gerais e administrativas	10.525	4.592
Outras operacionais	21.650	21.633
	<u>111.065</u>	<u>98.751</u>

21. Litígio na Concessão

A Econorte é empresa concessionária de rodovias do Lote nº 1 do Anel de Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná. A anterior administração do Governo do Estado do Paraná perpetuou diversos atos para buscar a redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais.

Desde então, o Poder Público Estadual adotou diversas medidas contra as concessões rodoviárias do Estado, sendo que as principais partem para a encampação das concessões, desapropriações das ações de controle, caducidade dos contratos, negativa retórica da aplicação dos reajustes anuais das tarifas de pedágio, tentativa de buscar a nulidade dos aditivos contratuais, descon siderações das disposições contratuais, além de outras medidas levadas a efeito pela administração pública.

A Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, buscou a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Litígio na Concessão -- continuação

Adicionalmente, em 2008, a Econorte, em cumprimento das decisões judiciais prolatadas pela Justiça Federal de Jacarezinho (PR), teve suas atividades parcialmente suspensas dentro do âmbito da jurisdição da referida Justiça. Em dezembro do mesmo ano, a Concessionária retomou a integralidade dos serviços concessionados, com base na decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, mantendo incólume a concessão de que é titular.

Recentemente, em 2 de março de 2011 o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, confirmou a decisão monocrática proferida no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, assegurando a incolumidade do Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos.

A Econorte busca, por meio de ações judiciais, o reconhecimento em seu favor de eventos que causaram o desequilíbrio do contrato de concessão, que não foram reconhecidos pela anterior Administração do Estado. Caso julgados procedentes, tais eventos conduzirão ao direito de reequilíbrio econômico-financeira do contrato, seja pelo aumento da tarifa ou pela redução no montante dos investimentos ou ainda pelo aumento no prazo da concessão, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

22. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação.

A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras – continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguro e garantia

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	Vigência da apólice	Valor do prêmio	Valor cobertura
Apólice de Seguro Garantia – nº 059912011005107750002251000000	Jan/2012 a dez/2012	588	102.541
Apólice All Risks nº 01.96.4002641	Jan/2011 a jan/2012	337	211.330
Apólice All Risks nº 01.51.4006794	Jan/2011 a jan/2012	252	140.023
Apólice All Risks nº 01.67.4003839	Jan/2011 a jan/2012	16	14.915
			<u>473.275</u>
Limite máximo de indenização: Seção I-Danos patrimoniais			4.000
Limite máximo de indenização: Seção II –Engenharia			3.000
Limite máximo de indenização: Seção III-Perdas de receitas			35.005
Limite máximo de indenização: Seção IV-Responsabilidades			3.000

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

23. Compromissos com a concessão

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Em agosto de 2009, houve a deliberação nº 094/2009, do Conselho Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, aprovando os pareceres que instruíram o processo protocolado sob nº 9.895.907-6, que estabeleceu o Plano de Recuperação por Etapa. Em setembro de 2009, a Econorte manifestou a sua concordância ao referido plano de recuperação através do Ofício ECN 117-2009.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos com a concessão -- Continuação

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 450.845. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Investimentos previstos	2012	2013	2014	2015	2016 a 2021	Total
	24.360	29.600	31.342	15.055	350.488	450.845

Até 31 de dezembro de 2011, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.